

Instituto Península

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis do período compreendido entre 29 de julho (data da cisão) e 31 de dezembro de 2021	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos e Diretores e Associados do
Instituto Península
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Península (“Instituto” ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do déficit das atividades sociais, do déficit abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 29 de julho (data da cisão) e 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Península em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período compreendido entre 29 de julho e 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e Interpretação Técnica ITG – 2002 (R1) “Entidades sem Finalidade de Lucro”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Apoio voluntário

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 01, chamamos a atenção para o fato de que, devido ao Instituto Península depender do apoio voluntário de terceiros provedores e apoiadores dos projetos mantidos pelo Instituto Península, a manutenção das atividades para o qual a Entidade foi criada, dependerá da manutenção dos referidos provedores e apoiadores.

Reestruturação societária

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2, em 29 de julho de 2021 a Administração da Entidade decidiu pela reestruturação societária com a finalidade de segregação das atividades operacionais de apoio educacional e social do Instituto Península e do Núcleo de Alto Rendimento Esportivo de São Paulo. Dessa forma, essa nova Entidade continua as atividades do Instituto Península a partir da versão do acervo líquido descrito na referida nota em 29 de julho de 2021.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração do Instituto Península é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto Península continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto Península ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto Península;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto Península. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto Península a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de abril de 2022



Maria Aparecida Regina Cozero Abdo
CT.CRC 1SP-223.177/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Instituto Península
CNPJ 44.063.136/0001-16

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.436.516
Adiantamento a fornecedores	7	780.000
Outros créditos	-	22.781
Total do ativo circulante		<u>4.239.297</u>
Ativo não circulante		
Depósito judicial	8.1	3.090.257
Imobilizado	-	102.664
Total do ativo não circulante		<u>3.192.921</u>
Total do ativo		<u><u>7.432.218</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Península
CNPJ 44.063.136/0001-16

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>
Passivo circulante		
Contas a pagar	9	944.226
Impostos e contribuições	10	270.687
Provisões trabalhistas		1.315.182
Total do passivo circulante		<u>2.530.095</u>
Passivo não circulante		
Contingências	8.1	3.090.111
Total do passivo não circulante		<u>3.090.111</u>
Patrimônio social		
Patrimônio social	11	1.812.012
Total do patrimônio social		<u>1.812.012</u>
Total do passivo e patrimônio social		<u>7.432.218</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Península
CNPJ 44.063.136/0001-16

**Demonstrações do déficit para o período compreendido
entre 29 de julho (data da cisão) e 31 de dezembro de 2021**

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021
Receitas para execução de programas e projetos	12	12.800.475
Obtenção de serviço voluntário	13	186.061
Receita operacional líquida		12.986.536
Custos para execução de programas e projetos	14	(10.914.025)
Superávit bruto		2.072.511
Despesas operacionais		
Despesas com pessoal	15.1	(2.051.650)
Despesas administrativas	15.2	(735.553)
Apropriação de serviço voluntário	13	(186.061)
Total de despesas operacionais		(2.973.264)
Déficit antes das operações financeiras		(900.753)
Resultado financeiro	16	93.101
Déficit do exercício		(807.652)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Península
CNPJ 44.063.136/0001-16

**Demonstrações do déficit abrangente para o período compreendido
entre 29 de julho (data da cisão) e 31 de dezembro de 2021**

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>
Déficit do exercício	(807.652)
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(807.652)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Península
CNPJ 44.063.136/0001-16

**Demonstrações das mutações do patrimônio social para o período compreendido
entre 29 de julho (data da cisão) e 31 de dezembro de 2021**

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>Patrimônio social</u>
Cisão em 29 de julho de 2021	11	2.619.664
Déficit do exercício	-	(807.652)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>-----</u> <u>1.812.012</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Instituto Península
CNPJ 44.063.136/0001-16

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto para o período compreendido entre 29 de julho (data da cisão) e 31 de dezembro de 2021

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021
Déficit do exercício		(807.652)
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Depreciação (custo)	-	14.976
Provisões trabalhistas	-	1.315.182
		522.506
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
Adiantamento de fornecedores	-	(780.000)
Outros créditos	-	(22.529)
Depósito judicial	-	(22.226)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Contas a pagar	-	813.515
Impostos e contribuições	-	230.852
Contingências	-	199.254
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		941.372
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição do imobilizado	-	(1.394)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		(1.394)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Caixa cindido recebido	-	2.496.538
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		2.496.538
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		3.436.516
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício		-
No final do exercício		3.436.516
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		3.436.516

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o período compreendido entre 29 de julho (data da cisão) e 31 de dezembro de 2021

(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Resumo dos principais projetos

O Instituto Península (“Instituto”) é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, que possui sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2277 – 22º andar, Sala 4 – Parte B – Jardim Paulistano.

O Instituto Península iniciou sua atividade em 07 de outubro de 2010 e até 29 de julho de 2021 desenvolvia suas atividades na entidade hoje denominada Núcleo de Alto Rendimento Esportivo (CNPJ: 12.663.239/0001-20). Conforme nota explicativa nº 1.2, a partir da versão do acervo líquido recebido em 29 de julho de 2021, a operação do Instituto Península continua as atividades nessa nova entidade (CNPJ 44.063.136/0001-16).

O Instituto Península tem como objetivo a promoção, apoio, patrocínio, investimento e desenvolvimento de atividades educacionais, assistenciais, culturais e esportivas, visando ao fortalecimento do processo de construção da cidadania.

Em 08 de abril de 2022, a administração autorizou a emissão das presentes demonstrações contábeis, estando aprovadas para divulgação.

O Instituto Península tem se dedicado aos seguintes programas e projetos:

- **Atletas pelo Brasil**

Projeto de advocacy pelo esporte nacional, como instrumento de transformação social. Tem como foco promover o acesso ao esporte, para que seus benefícios na saúde, educação e na formação façam parte da realidade da população brasileira.

- **Centro de Inovação para Educação Brasileira (CIEB)**

O Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) é uma associação sem fins lucrativos, criada em 2016, com o intuito de promover a cultura de inovação na educação pública brasileira. Atua em apoio à formulação de políticas públicas, desenvolve conceitos, prototipa ferramentas e articula os atores do ecossistema do ensino básico.

- **Instituto Superior de Educação São Paulo (ISESP)**

Entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade promover o ensino de educação superior voltado para a formação de professores. O Instituto Península é o mantenedor da Entidade.

- **Instituto Verdescola**

É um núcleo educacional que oferece atividades extracurriculares para crianças e jovens da comunidade da Vila do Sahy, em São Sebastião – SP. Tem como foco promover a educação, o desenvolvimento humano e comunitário por meio de ações socioeducativas e socioambientais, com atividades de reforço escolar, artes, informática, leitura e interpretação, lógica, capoeira, entre outras. A instituição promove ainda cursos profissionalizantes, com foco na geração de renda para os moradores da região.

- **Programa de Bolsas (Formar Mais)**

Programa que concede bolsas para que alunos de baixa renda possam realizar graduação em pedagogia, licenciatura em matemática ou em letras no Singularidades.

- **Projeto Impulsiona**

Programa de educação esportiva do Instituto Península. Voltado para educadores da rede pública, busca disseminar os valores do esporte e ampliar o repertório de práticas esportivas nas escolas, apoiando o desenvolvimento integral dos alunos. O projeto é mantido 100% com recursos do Instituto Península.

- **Projeto Profissão Docente**

O Profissão Docente é um movimento que visa unir professores, profissionais e organizações da educação em torno da missão de transformar a qualidade das políticas docentes de modo a assegurar que todos os alunos brasileiros tenham professores bem preparados, motivados e com boas condições de trabalho.

- **Projeto Vivescer**

Programa de desenvolvimento integral do Instituto Península. Voltado para educadores da rede pública, oferece trilhas de formação para o desenvolvimento integral de educadores e uma rede para troca de experiências em Educação. O projeto é mantido 100% com recursos do Instituto Península.

- **Soc. Beneficente Hospital Albert Einstein**

Instituição social que oferece assistência médico-hospitalar, além de promover pesquisa e educação na área de saúde. O Instituto Península apoia dois estudantes do curso de medicina, ofertando bolsas de estudos.

- **Todos pela Educação**

Projeto de advocacy. É um movimento da sociedade brasileira que tem como missão engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma educação básica de qualidade.

Para executar seus projetos, o Instituto Península conta com recursos provenientes de: **(a)** doações voluntárias, legados, contribuições, auxílios, direitos ou créditos e outras aquisições proporcionadas por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas; **(b)** eventuais rendas provenientes de bens ou de prestação de serviços; **(c)** eventos organizados pelo Instituto Península; **(d)** eventos organizados para levantamento de fundos para programas mantidos pelo Instituto Península; **(e)** acordos e convênios celebrados com o poder público; **(h)** outras receitas decorrentes de atos lícitos e compatíveis com a finalidade do Instituto e com o estatuto social.

Os mantenedores do Instituto Península têm o compromisso de arcar com as obrigações assumidas pelo Instituto e por subsidiar futuros investimentos que estejam enquadrados nas políticas de investimento. Para tanto, os mantenedores realizarão contribuições suficientes para cobrir as obrigações previstas no próximo ano.

Com relação à tributação, ressalta-se:

- a) A Lei nº 9.532/1997 condicionou o gozo de imunidade fiscal às entidades sociais e educativas nos seguintes termos:

“Art. 12: Para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea c, da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos”.

As instituições imunes estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- Não remunerar, de nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- Aplicar, integralmente, seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações acessórias decorrentes;
- Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, o destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

O Instituto Península vem cumprindo os requisitos anteriormente mencionados.

- b) O Instituto goza de isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) em relação às receitas de suas atividades sem fins lucrativos nos termos do artigo 14 da Medida Provisória nº 2.158-35/01.

Acerca da continuidade operacional do Instituto, a Península Participações S.A. concorda incondicionalmente em prestar todo e qualquer apoio financeiro necessário ao Instituto Península pelo menos em um período de doze meses da data dessas demonstrações contábeis para satisfazer todas e quaisquer obrigações, incluindo qualquer serviço da dívida a terceiros e partes relacionadas, à medida que tais valores venham a ser devidos e pagáveis.

1.2. Reestruturação Societária

Em 29 de julho de 2021 em decorrência do protocolo nº 56.744 registrado no 9º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo os membros do Núcleo de Alto Rendimento Esportivo (anteriormente denominado Instituto Península) aprovaram a versão do acervo líquido corresponde à operação do Instituto Península para essa nova entidade.

O objetivo da cisão foi segregar as atividades operacionais esportivas para Núcleo de Alto Rendimento Esportivo (anteriormente denominado Instituto Península) e as demais atividades de apoio educacional e social do Instituto Península.

O acervo recebido em decorrência da versão do acervo líquido, corresponde a um processo no valor patrimonial contábil (Nota Explicativa nº 5) de R\$ 2.619.664, conforme a seguir:

Empresa	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
Instituto Península	5.681.067	3.061.403	2.619.664
Total	5.681.067	3.061.403	2.619.664

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – “Entidades sem Finalidade de Lucros”, combinada com a NBC TG 1000 (CPC PME) – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis, aplicáveis às pequenas e médias empresas requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto Península no processo de aplicação das políticas contábeis.

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

2.2. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto Península atua (a “moeda funcional”).

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação do Instituto Península. Todas as informações contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem espécie em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata.

2.4. Ativo circulante e passivo circulante

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade em até 12 meses, conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

2.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Instituto Península tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.6. Riscos de contingências

Em situações onde se configura a existência de riscos de contingências, para o registro contábil desses riscos, a administração do Instituto Península adota como procedimento as estimativas e expectativas de seus consultores jurídicos, levando-se em consideração alguns conceitos específicos, notadamente pelas interpretações conforme preceitua a Seção 21 da NBC-TG-1000 – Resolução nº 1255/09 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que aborda os procedimentos relativos a provisões, passivos e ativos contingentes.

Dentro dessa linha, conforme preceitua a Seção 21 da NBC-TG-1000, em quase todos os casos será claro se um evento passado deu origem a uma obrigação presente.

Em casos raros, como em um processo judicial, por exemplo, pode-se discutir tanto se certos eventos ocorreram quanto se esses eventos resultaram em uma obrigação presente. Nesse caso, a entidade deve determinar se a obrigação presente existe na data do balanço ao considerar toda a evidência disponível incluindo, por exemplo, a opinião de peritos. A evidência considerada inclui qualquer evidência adicional proporcionada por eventos após a data do balanço.

Com base em evidências, a Entidade adota como política do reconhecimento inicial apenas quando:

- a) Tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultados de evento passado;
- b) É provável (isto é, maior probabilidade de sim do que não) que será exigida a transferência de benefícios econômicos para liquidação;
- c) O valor da obrigação pode ser estimado de maneira confiável.

2.7. Patrimônio social

O patrimônio do Instituto Península é composto de rendas, recursos e eventual resultado operacional que são aplicados integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

2.8. Receita e despesas

As receitas para execução dos programas e projetos e as despesas são contabilizadas com base no regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

2.9. Receita de doações

As doações, efetuadas de maneira espontânea, são reconhecidas apenas quando recebidas (regime de caixa) em função de sua natureza de imprevisibilidade.

Já os recursos auferidos por força dos diversos projetos e programas operacionalizados por meio de convênios, contratos de gestão e similares, desenvolvidos pelo Instituto Península (elencados na Nota Explicativa nº 1), são reconhecidas pelo regime de competência, em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário e confrontada com os custos e as despesas correspondentes.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos contábeis das contas a pagar estejam próximos de seu valor justo, considerando os prazos de liquidação. O Instituto Península não possui passivos financeiros decorrentes de captação de recursos.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O Instituto Península não tem estimativas contábeis consideradas críticas que possam apresentar um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

5. Cisão parcial

Balço patrimonial em 29 de julho de 2021 (em R\$)			
	Ativo total	Ativo NAR	Ativo recebido em cisão
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	2.496.538	-	2.496.538
Caixa atrelado aos projetos	1.081.334	1.081.334	-
Outros adiantamentos	101.476	101.224	252
Outros ativos	68.769	68.769	-
Total do ativo circulante	3.748.117	1.251.327	2.496.790
Ativo não circulante			
Caixa atrelado aos projetos	1.307.000	1.307.000	-
Depósito judicial	3.068.031	-	3.068.031
Imobilizado	192.279	76.033	116.246
Total do ativo não circulante	4.567.310	1.383.033	3.184.277
Total do ativo	8.315.427	2.634.360	5.681.067

Balço patrimonial em 29 de julho de 2021 (em R\$)			
	Passivo total	Passivo NAR	Passivo recebido em cisão
Passivo circulante			
Contas a pagar	161.901	31.190	130.711
Impostos e contribuições	155.853	116.018	39.835
Provisões trabalhistas	399.282	399.282	-
Saldo de projetos em execução	1.020.756	1.020.756	-
Total do passivo circulante	1.737.792	1.567.246	170.546
Passivo não circulante			
Saldo de projetos em execução	1.156.625	1.156.625	-
Provisão para contingências	2.890.857	-	2.890.857
Total do passivo não circulante	4.047.482	1.156.625	2.890.857
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	2.530.153	(89.511)	2.619.664
Total do patrimônio líquido	2.530.153	(89.511)	2.619.664
Total do passivo e patrimônio líquido	8.315.427	2.634.360	5.681.067

6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados pelo caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, os quais não estão sujeitos a risco de mudança significativa de valor.

	2021
Caixas e bancos	15.540
Aplicações financeiras	3.420.976
Total	3.436.516

As aplicações financeiras têm rendimentos do CDI que somaram um montante de R\$ 79.482 (Nota Explicativa nº 16) e estão devidamente contabilizadas no resultado do exercício. A variação do CDI gira em torno de 90% a 120%.

7. Adiantamentos a fornecedores

Em 11 de novembro de 2021 foi adiantado a quantia de R\$ 780.000 (setecentos e oitenta mil reais) à título de recursos para a Produção do Projeto “A Arte de Doar” (documentário), através do Projeto Península 50.

8. Depósitos judiciais e provisão para contingências

O Instituto vem depositando em juízo os valores de PIS e INSS incidentes sobre a folha de pagamento, desde abril de 2017, quando entrou com agravo de instrumento para que seja reconhecido o direito ao gozo da imunidade pelas entidades sociais e educativas, conforme previsto pelo artigo 195, § 7º da Constituição Federal, de modo a afastar a exigência das contribuições à seguridade social. O Instituto entrou com um mandado de segurança contra a União (Fazenda Nacional), impetrado para assegurar o direito da Entidade não se submeter à incidência da contribuição social ao salário educação, à alíquota de 2,5%, tendo como base de cálculo o total das remunerações pagas ou creditadas a seus segurados empregados com apoio nas Leis nºs 9.424/96, 9.766/98, 11.457/07 e Decreto de Lei nº 6.003/06, bem como o recolhimento das contribuições sociais devidas a terceiros, nos termos do Decreto de Lei nº 1.146/70 e Lei nº 2.613/55 (Incra), na Lei nº 8.029/90 (Sebrae), no Decreto de Lei nº 8.621/46 (Senac) e Decreto de Lei nº 9.853/46 (Sesc).

Os processos classificados como risco de perda possível não são provisionados pela Entidade, em 31 de dezembro de 2021 a Entidade possui processos judiciais classificados como perda possível no montante de R\$60.000.

8.1. Depósitos judiciais e contingências

Tributos	2021	
	Depósito	Contingência
INSS a recolher	2.970.444	2.970.444
PIS sobre salários	119.667	119.667
Outros	146	-
Total	3.090.257	3.090.111

9. Contas a pagar

O saldo de contas a pagar refere-se substancialmente a aportes ao ISESP destinado a bolsas de estudos. As obrigações com fornecedores de bens e serviços são reconhecidas com base em documento fiscal, contrato ou instrumento equivalente e observam o regime de competência, com vencimento no curto prazo, a serem liquidadas no mês subsequente.

	2021
Instituto Superior de Educação de São Paulo (i)	867.496
Outros	76.730
Total	944.226

(i) Instituto Superior de Educação São Paulo (ISESP) é uma Entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade promover o ensino de educação superior voltado para a formação de professores. O Instituto Península é o mantenedor da Entidade.

10. Impostos e contribuições

2021

INSS a recolher	135.630
Imposto de renda retido na fonte	75.653
FGTS a recolher	25.483
PIS, Cofins e contribuição retido na fonte	18.921
Outros impostos a recolher	15.000
Total	270.687

11. Patrimônio social

Conforme Estatuto Social, o Instituto Península deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu patrimônio. Dessa forma, eventual déficit apurado, após compensação do déficit acumulado, deverá ser integralmente incorporado ao patrimônio social.

Em 29 de julho de 2021 foi aprovada a Cisão parcial do Núcleo de Alto Rendimento Esportivo, em decorrência disto, houve a transferência parcial do saldo de Patrimônio Líquido ao Instituto Península (Nota Explicativa nº 1.2).

12. Receitas para execução de programas e projetos

2021

Contribuições - Grupo Península	9.370.071
Instituto Lemann	1.200.000
Instituto Natura	1.000.000
Fundação Itaú Social	750.000
Instituto Unibanco	250.000
B3 Social (Instituto Bm&Fbovespa)	140.000
Outros	90.404
Total	12.800.475

13. Serviços voluntários

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, o Instituto Península identificou e mensurou todo o valor de serviço voluntário recebido durante o período entre 29 de julho e 31 de dezembro de 2021.

Os valores de serviços voluntários foram reconhecidos com base em valores de mercado correspondentes para diretor-presidente, diretores e conselheiros e pelo valor justo da prestação de serviços para assessoria e consultoria *pro bono* e estão assim sumarizados:

2021

Assessoria e consultoria (<i>pro bono</i>)	36.000
Diretoria estatutária	120.229
Conselho de administração	29.832
Total	186.061

Nenhum dos valores acima teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, no período entre 29 de julho e 31 de dezembro de 2021, como receitas e despesas operacionais na demonstração do resultado, em montantes iguais, sem efeito no déficit do exercício.

14. Custos operacionais

Custos para execução de programas e projetos

2021

Doações (a)	6.227.805
Assessoria e consultoria	2.307.541
Salários e remunerações	1.151.392
Encargos trabalhistas	383.349
Benefícios	270.594
Outros custos administrativos	573.344
Total	10.914.025

(a) O Estatuto Social define que, para a realização do seu objeto social, o Instituto Península poderá, entre outras formas, apoiar, inclusive financeiramente, projetos e programas desenvolvidos por entidades sem fins lucrativos ou econômicos que sejam condizentes com as finalidades sociais do Instituto Península. Entre 29 de julho e 31 de dezembro de 2021, as doações foram efetuadas para o Instituto Superior de Educação de São Paulo (Iesp).

15. Despesas gerais e administrativas

15.1. Despesas com pessoal

2021

Salários e ordenados	1.458.032
Benefícios a funcionários	356.413
Encargos trabalhistas	235.085
Outras despesas com pessoal	2.120
Total	2.051.650

15.2. Despesas administrativas

2021

Serviços prestados por terceiros	307.637
Honorários advocatícios	251.374
Viagens, refeições e transportes	150.230
Depreciação	4.868
Outras despesas administrativas	21.444
Total	735.553

16. Resultado financeiro

2021

Despesas financeiras	
Variação cambial passiva	(4.732)
IOF	(1.920)
Outras despesas financeiras	(465)
Total despesas financeiras	(7.117)
Receitas Financeiras	
Rendimento aplicação financeira (Nota Explicativa nº 6)	79.482
Juros ativos	19.979
Outras receitas financeiras	757
Total receitas financeiras	100.218
Total resultado financeiro	93.101

17. Seguros

A política da Entidade é de manter cobertura de seguros em montante considerado satisfatório em face dos riscos que envolvem, entre outros, incêndios, alagamentos, quebras de máquinas e equipamentos, bens próprios e de terceiros e acidentes de trabalho. O valor segurado contratado em 31 de dezembro de 2021 é considerado suficiente para cobrir eventual risco de sinistro.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo do auditor independente, conseqüentemente, não foram auditadas.

18. Instrumentos financeiros

A administração da Entidade adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam livres de risco real. A Entidade está exposta a risco de mercado, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez.

A administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Para a análise de sensibilidade de variações dos riscos analisados, a administração adotou para o cenário provável as taxas de juros e preço da ação de 31 de dezembro de 2021. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 50% e 25% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2021.

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Provável	II. 50%	III. 25%	IV. -25%	V. -50%
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 6)	3.420.976	CDI	4,42%	3.647.787	3.609.985	3.534.381	3.496.580

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Entidade ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Entidade sujeitos a taxas de juros variáveis.

A Entidade gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

Sensibilidade a taxas de juros

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros eram:

Instrumento de taxa variável	2021
Ativos financeiros	
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 6)	3.420.976

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, e para cenário provável foi utilizado o CDI médio de 4,42%.

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Índice	I. Provável	II. 50%	III. 25%	IV. -25%	V. -50%
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 6)	3.420.976	CDI	4,42%	151.207	226.811	189.009	113.405	75.604

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Entidade está exposta ao risco de crédito em suas atividades de investimento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

A Entidade possui política interna que restringe a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, com limites entre instituições financeiras, ratings e critérios de liquidez.

Metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros

Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento.

Hierarquização em três níveis para a mensuração do valor justo, sendo que a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas de mercado da Entidade.

Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- **Nível 1** – Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- **Nível 2** – Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e
- **Nível 3** – Instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis.

A composição a seguir demonstra ativos financeiros da Entidade e a classificação geral desses instrumentos em conformidade com a hierarquia de valorização.

Ativos	Nível da hierarquia	2021
Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado - Aplicação financeira (Nota Explicativa nº 6)	2	3.420.976
Total		3.420.976

* * *